

Philip M. Fearnside

DESMATAMENTO

O desmatamento na Amazônia destrói as oportunidades para uso sustentável da floresta, sobretudo o aproveitamento dos serviços ambientais, inclusive a manutenção da biodiversidade. Sabemos que a taxa de desmatamento na Amazônia Legal como um todo diminuiu significativamente entre 1987 e 1991. A taxa anual de 11,1 mil km² em 1991 foi apenas a metade da média anual de 20,3 mil km² entre 1978 e 1988. Nunca deve ser esquecido, no entanto, que a taxa mais baixa de 11,1 mil km² por ano ainda é uma área enorme destruída a cada ano, praticamente todo para usos insustentáveis tais como pastagens e que traz muito pouco benefício à população da região. A taxa anual de 11,1 mil km², ou 1,11 milhões de hectares (ha), representa um média de mais de 3 mil ha por dia, ou mais de 2 ha por minuto.

Diminuição das taxas de desmatamento entre 1987 e 1991 não representa uma tendência que possa ser extrapolada para o futuro até que o problema de desmatamento simplesmente desapareça, como alguns oficiais do governo tem alegado. As taxas mais baixas são explicadas principalmente pelo agravamento da crise econômica brasileira ao longo deste período. Fazendeiros simplesmente não tem dinheiro para investir em aumentar os seus desmatamentos no ritmo que eles seguiram no passado. Uma mudança na política sobre concessão de incentivos fiscais, embora importante e necessária, não explica o declínio: o decreto (No. 151) que suspende a aprovação de incentivos foi emitido em 25 de junho de 1991, que era depois que quase todo o declínio observado em taxas de desmatamento já tinha acontecido.

Não apenas o passado mas também o efeito futuro potencial do decreto sobre incentivos é menor que muitos acreditam. O decreto é uma modificação de um decreto anterior (No. 101 de 17 de abril de 1991, que regulamenta Lei No. 8.167 de 16 de janeiro de 1991), e apenas abrange os incentivos que eram incluídos no decreto anterior (i.e. apenas novos incentivos). Os muitos projetos com incentivos já aprovados são mais importantes que os poucos novos que seriam acrescentados à lista a cada ano que passa.

A suma importância da recessão econômica significa que as taxas de desmatamento podem aumentar de novo quando a economia brasileira recupere, a não ser que o governo tome medidas agora para remover os motivos subjacentes do desmatamento. Isto precisa ser feito baseado num entendimento realístico de quem está cortando a floresta.

A idéia de que o desmatamento é resultado de camponeses pobres cortar a floresta para se alimentar é promovida por políticos na Amazônia para justificar as suas alegações de que qualquer um que sugere que o desmatamento é nocivo é "contra o povo". Oficiais do governo central também começaram a culpar os pobres pelo desmatamento, usando o argumento errôneo de que a atividade dos grandes fazendeiros tem sido controlado pela suspensão dos incentivos, e, portanto, a derrubada que continua é a obra dos pequenos agricultores. Na realidade, os custos sociais de reduzir a taxa bastante seria muito menor do que é sugerido por aqueles que culpam a pobreza pelo desmatamento.

A distribuição do desmatamento de 1991 entre os nove Estados da região indica que a maioria da atividade é em estados dominados por fazendeiros: o Estado de Mato Grosso sozinho representa 26% do total de 11,1 mil km². Mato Grosso tem o maior percentual das suas terras privadas em fazendas de 1000 ha ou mais: 84% na época do censo agro-pecuário em 1985. Em contraste, Rondônia, que é um Estado que se tornou famoso pelo desmatamento por pequenos colonos, tinha apenas 10% do total de desmatamento feito em 1991, e o Acre tinha 3%. O número de propriedades em cada classe de tamanho explica 74% da variância nas taxas de desmatamento ao nível estadual. Os pequenos agricultores (com menos de 100 ha de terra) representam em torno de 30% da atividade de desmatamento, com os outros 70% sendo feito por fazendeiros médios ou grandes.

O QUE PRECISA SER FEITO

O governo deve desencorajar mais desmatamento. Impostos pesados devem ser cobrados sobre a revenda de terras, assim removendo os lucros da especulação (o desmatamento é usado por especuladores para evitar a perda das suas posses, visando uma venda posterior da terra). Parar de usar o desmatamento como índice de "benfeitoria" na concessão de títulos de terra seria outra medida óbvia que não custaria nenhum dinheiro. Uma decisão de alto nível para não abrir áreas atualmente inacessíveis pela expansão da rede rodoviária também seria um passo chave que é inteiramente dentro da capacidade do governo; também pouparia muito dinheiro. Outras medidas necessárias incluem a remoção dos subsídios remanescentes, o fortalecimento dos procedimentos para o Relatório do Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), implementar reforma agrária tanto na Amazônia como em áreas fontes de migrantes e oferecer alternativas de emprego tanto em áreas rurais e urbanas.

Os serviços ambientais da floresta representam o produto mais valioso da Amazônia. Precisa encontrar maneiras para fundamentar a manutenção tanto da floresta como da população humana no valor destes serviços, ao invés de tentar gerar renda com o saneamento de áreas desmatadas e pela venda da madeira.

LIVRO DE RESUMO

Philip M. Fearnside, Ph. D.
Instituto Nacional de Pesquisas
da Amazônia (INPA)
Caixa Postal 478
69011 Manaus, Amazonas
BRASIL



XVII REUNIÃO ANUAL SOBRE EVOLUÇÃO, SISTEMÁTICA E ECOLOGIA MICROMOLECULARES

IV JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM BIODIVERSIDADE

26 A 28 DE ABRIL DE 1995

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS
RIO DE JANEIRO/RJ